quatro oficiais que ficam subsistindo, conforme determinação do respectivo juiz de direito, e que fique revogada a portaria n.º 6:293, de 23 de Julho de 1929.

Paços do Governo da República, 28 de Maio de 1932.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José de Almeida Eusébio*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 21:298

Considerando que se encontra esgotado o número de informadores fiscaes que excederam o respectivo quadro, estabelecido pelo decreto n.º 18:176, de 8 de Abril de 1930;

Considerando que do mesmo quadro têm sido retirados alguns funcionários para o serviço de fiscalização nas fábricas de cerveja, a cargo de quem ficam os encargos com a mesma fiscalização, e que daquele facto resultam prejuízos para o regular andamento do serviço nas repartições onde estavam colocados;

Considerando que para obviar a este inconveniente se podem contratar para servir durante o impedimento dos funcionários do quadro candidatos classificados no último concurso para informadores fiscaes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos;

Considerando que se torna necessário providenciar no sentido de serem fixados e pagos os seus vencimentos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os directores de finanças dos distritos e os chefes das repartições de finanças dos concelhos e bairros de onde sejam deslocados informadores fiscaes para serviço nas fábricas de cerveja poderão, nos termos do § 2.º do artigo 24.º do decreto n.º 18:176, de 8 de Abril de 1930, e artigo 1.º do decreto n.º 20:852, de 1 de Fevereiro de 1932, contratar, para servirem durante aquele impedimento, indivíduos que hajam concorrido aos lugares de informadores fiscaes no concurso aberto pelo anúncio inserto no *Diário do Governo* n.º 149, de 1 de Julho de 1931, e que tenham sido classificados.

§ único. O pessoal empregado na fiscalização das fábricas de cerveja será substituído trimestralmente, sendo os vencimentos dos já contratados ao abrigo do artigo 1.º do decreto n.º 20:852, de 1 de Fevereiro de 1932, e os dos que vierem a ser contratados nos termos do artigo 1.º deste decreto pagos desde o dia em que começaram ou começarem a prestar serviço, satisfazendo-se porém as respectivas remunerações só depois de cumpridas todas as formalidades legais.

Art. 2.º O vencimento a abonar a cada um dos contratados referidos é de 565\$50 mensais, ficando com as mesmas obrigações dos informadores fiscaes de 2.ª classe e com os direitos e garantias que aos mesmos informadores competirem, com exclusão porém da participação no Cofre de Emolumentos do Ministério das Finanças.

Art. 3.º As importâncias correspondentes aos vencimentos de que trata este decreto serão abonadas e pagas, no corrente ano económico, por conta das sobras da verba de 14:592.352\$80 inscrita no capítulo 11.º, artigo 146.º, n.º 1), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1931-1932 sob a rubrica «Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei».

Art. 4.º Fica autorizada a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a pagar as importâncias despendidas ou a despende com os vencimentos a que o presente decreto diz respeito, até o fim do corrente ano económico, pela verba a que se refere o artigo 3.º

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução de presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Maio de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 21:299

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São effectuadas dentro do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico as transferências de verbas conforme se acham descritas no mapa anexo ao presente decreto com força de lei e que dêle faz parte integrante, o qual vai assinado pelo Ministro da Marinha.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Maio de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.